

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 310/2023

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2023

REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ITENS DE PROJETO TÉCNICO PERTINENTES AO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL, NAS DEPENDÊNCIAS DE PRÉDIO PÚBLICO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE EXTREMA-MG.

TIPO: MENOR PREÇO EMPREITADA GLOBAL

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 03/10/2023.

EDITAL COMPLETO: Pode ser adquirido na Prefeitura Municipal de Extrema, localizada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624, B. Ponte Nova, das 13:00 às 17:00h, ou através do web site: www.extrema.mg.gov.br/licitacoes. Os projetos deverão ser solicitados através do e-mail engenheiro5@extrema.mg.gov.br, ou podem ser adquiridos no dia da visita técnica, onde o representante da licitante deverá estar munido de pen drive.

1- PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Extrema - MG, situada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 - B. Ponte Nova, no mesmo Município, por meio da Comissão de Licitações, nomeada e designada pelo Decreto Municipal nº 4.186 de 24 de fevereiro de 2022, torna público que se encontra aberto o presente certame licitatório, na modalidade **"TOMADA DE PREÇOS"**, tipo de licitação a de **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações dadas pela Lei n. 8.883/94, Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2.006, bem como as suas alterações posteriores.

1.2. Para o envio via correios dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", fica designado o endereço: Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 - B. Ponte Nova, Extrema - MG., CEP: 37640-000 – Setor de Licitações.

1.3. Fica designado o dia 03/10/2023 às 09:00 horas, na SALA JAGUARI do Setor de Compras e Licitações - Sala Comercial no EDIFÍCIO SERRA AZUL localizada à Rua Ari Pedroso de Alvarenga nº 90 no bairro da Ponte Nova, no Município de Extrema - MG - CEP: 37.640-000, o local para entrega e início da sessão de abertura dos envelopes **"HABILITAÇÃO"** e **"PROPOSTA"**.

1.4 PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

1.4.1 Considera-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certamente aquelas que preenchem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123-2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo Quarto do referido artigo 3º.



1.4.2 Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, alterada pela lei complementar nº 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.4.3 Nas Licitações Públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura de contrato.

1.4.4 A não-regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n. 8.666/93, sendo convocado na ordem de classificação o segundo colocado, para contratação, ou revogar a licitação caso não haja classificados subsequentes.

1.4.5 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

1.4.6 A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela lei complementar nº 147/2014, deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do art. 3º do dispositivo supracitado.

1.4.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte quando da participação do procedimento licitatório deverá comprovar tal situação, mediante declaração na qual declara que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (ANEXO X) bem como de outros documentos correlatos e aptos a tal análise.

2 - OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta de menor preço, sob o regime de empreitada global, compreendendo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ITENS DE PROJETO TÉCNICO PERTINENTES AO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL, NAS DEPENDÊNCIAS DE PRÉDIO PÚBLICO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE EXTREMA-MG.**, conforme especificações e anexos.

3. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Das restrições. Não poderão participar:

3.1.1. Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e que não tenha a sua idoneidade restabelecida;



3.1.2. empresa com falência decretada, em liquidação judicial ou extrajudicial;

3.1.3. suspensão pela Prefeitura Municipal de Extrema – MG.

3.1.4. a observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

3.2. Das Condições. Poderão participar:

3.2.1. Poderão apresentar-se à licitação **pessoas jurídicas cadastradas ou que apresentarem junto ao setor de cadastramento da Prefeitura toda a documentação que comprova que atende a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento dos envelopes, dia 29/09/2023.** Os documentos para cadastramento são aqueles exigidos nos itens **3.6.1.1 ao 3.6.1.4.1.**

3.2.2. É vedada a participação de empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.

3.2.3. Credenciamento

3.2.3.1 Na sessão de abertura dos envelopes ou em outra que se fizer necessária, cada licitante será representado por apenas uma pessoa que, devidamente munida de documento hábil, será admitida a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a cédula de identidade.

3.3. Por documento hábil entende-se:

- a) Procuração específica para a presente licitação, com firma reconhecida do outorgante; neste caso, será necessário a apresentação do contrato social para a confirmação da condição de outorgante ou Procuração Pública, com poderes para representá-la em qualquer processo licitatório;
- b) Quando se tratar de Titular, Diretor ou Sócio da licitante, deverá ser apresentado documento comprobatório de sua capacidade para representá-la (ex.: contrato social, cópia de ata, procuração).

3.4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela empresa a qual está vinculado.

3.5. Não será admitida a participação de uma única pessoa como representante de mais de um licitante (art. 78, § 8º, da Lei Estadual nº 9.433/05).



3.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela lei complementar n° 147/2014, deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do art. 3º do dispositivo supracitado

3.6 Da apresentação dos documentos e das propostas:

No local, data e horário mencionados no **item 1.2**, cada licitante deverá apresentar documentos e propostas em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, os seguintes dizeres:

- Indicação da Licitação;
- Nome e endereço do licitante;
- Identificação de cada envelope na forma seguinte:

Envelope I – Documentos de habilitação

Envelope II - Proposta Comercial

3.6.1.1 Habilitação Jurídica:

3.6.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

3.6.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

3.6.1.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.6.1.2. Regularidade Fiscal:

3.6.1.2.1 Prova de inscrição no CNPJ/MF;

3.6.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.

3.6.1.2.3 Certidão negativa quanto à Dívida Ativa da União – Ministério da Fazenda.

3.6.1.2.4 Certidão negativa de débito junto à Receita Federal;



- 3.6.1.2.5 Certidão negativa de débito junto à Fazenda Estadual;
- 3.6.1.2.6 Certidão negativa de débito junto ao Município;
- 3.6.1.2.7 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 3.6.1.2.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1.943.
- 3.6.1.2.9 Para comprovação da regularidade fiscal, no caso de micro empresa e empresas de pequeno porte, será levado em consideração o que determina o art. 43, § 1º e § 2º da Lei 123/2006 (Estatuto nacional da micro e da empresa de pequeno porte), qual seja:

***Art. 43.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

***§ 1º** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

***§ 2º** A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

- 3.6.1.2.10 Quando não houver prazo de validade expresso nos documentos exigidos para habilitação será considerado o prazo de **180 (cento e oitenta)** dias da data de sua emissão, o qual será observado em relação aos cadastrados e não cadastrados.
- 3.6.1.3. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira.
 - 3.6.1.3.1 Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial de créditos expedida pelo distribuidor da sede da licitante, referente aos últimos 180 (cento e oitenta) dias;



3.6.1.4. Documentação relativa à qualificação técnica:

3.6.1.4.1. Certidão atualizada de registro da empresa licitante e de seu responsável técnico, válidas na data de abertura do envelope nº 01, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia – CREA, e/ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

3.6.1.4.2. Prova de possuir, em seu quadro dirigente ou de pessoal permanente com vínculo empregatício, na data de entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, responsável(eis) técnico(s) da licitante, detentor(es) de atestado(s) devidamente registrado na entidade profissional competente relativo(s) a execução de serviços, necessariamente abrangendo obras semelhantes ao objeto da licitação.

3.6.1.4.2.1. O vínculo empregatício será comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado e/ou contrato de prestação de serviços.

3.6.1.4.2.2. O vínculo de dirigente de empresa será feito através de cópia da ata de eleição ou do contrato social e/ou última alteração, conforme o caso, declaratório de sua investidura no cargo.

3.6.1.4.3 Comprovação de aptidão técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, a ser demonstrada mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídicas de direito público ou privado devidamente registrado (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado.

3.6.1.4.4 A(s) certidão (ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá (ão) conter as seguintes informações básicas:

3.6.1.4.4.1 Nome do contratado e do contratante; - Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço); - Localização do serviço; - Serviços executados (discriminação e quantidades).

3.6.1.4.5 O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.



3.6.1.4.6 Para facilitar a conferência, solicitamos que seja destacado com pincel marca texto nos atestados apresentados, os itens relativos aos serviços e quantidades conforme exigido no item 3.6.1.4.3.

3.6.1.5 Para sua habilitação, cada licitante deverá ainda apresentar:

3.6.1.5.1 Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante.

3.6.1.5.2 Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Comissão Permanente de Licitação.

3.6.1.5.3 Atestado de Visita constando que o licitante visitou e tem pleno conhecimento das obras e serviços a serem executados, dos locais de execução, bem como das Especificações Técnicas e que se sujeita a todas as condições estabelecidas.

3.6.1.5.3.1 A visita técnica da licitante ao local da obra para conhecimento pleno do lugar é facultativa, ocasião em que lhe será fornecido Atestado de Visita, constante do Anexo III, documento indispensável a ser incluído no envelope "Documentação".

3.6.1.5.3.1.1 A licitante que não realizar a Visita Técnica deverá apresentar DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA, e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, conforme ANEXO X, sob pena de inabilitação.

3.6.1.5.3.2 O Atestado de Visita será fornecido pela Seção de Engenharia da Prefeitura Municipal de Extrema.

3.6.1.5.3.3 As visitas deverão ser agendadas na seção de Engenharia pelo telefone (35) 3435-6927 e realizadas até um dia útil anterior a data prevista para sessão de abertura dos envelopes de habilitação e propostas, pelo responsável técnico e/ou pelo representante legal, munido de documento comprobatório de vínculo com a empresa licitante.

3.6.1.5.3.4 A visita técnica terá por finalidade:

3.6.1.5.3.4.1 Conhecimento das áreas e dos locais em que serão prestados os serviços e erigida a construção;

3.6.1.5.3.4.2. Solicitação de esclarecimentos necessários a formulação da proposta e futura execução do objeto.

3.6.1.5.3.4.2. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto licitado não serão consideradas como argumentos válidos para reclamações futuras, nem tampouco desobrigam a sua execução.

4 - DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DO ENVELOPE



4.1. As empresas cadastradas deverão indicar na parte externa do envelope:

4.1.1. A razão social e endereço completo do Proponente.

4.1.2. O nome do órgão licitante.

4.1.3. O número do processo.

4.1.4. O número da TOMADA DE PREÇOS.

4.1.5. O número do envelope (1 = Habilitação e 2 = Proposta).

4.1.6. A data e horário da abertura dos envelopes da TOMADA DE PREÇOS.

5 – DO ENVELOPE Nº 01 - “DOCUMENTAÇÃO”

5.1. No envelope nº 01 “Documentação”, deverá ser entregue fechado ou lacrado, rubricado no local de seu fechamento, deverão ser apresentados os documentos em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, mediante apresentação dos originais para confronto.

5.2. O documento original apresentado será devolvido após conferência pela Comissão Permanente de Licitações, aos presentes, ficando à disposição os dos não presentes.

6 – DO ENVELOPE Nº 02 - “PROPOSTA”

6.1. No envelope nº 02 “Proposta”, devidamente fechado ou lacrado, deverá constar a proposta propriamente dita, em 01 (uma) via, datilografada ou escrita de forma legível, de acordo com o modelo de proposta fornecido pela Prefeitura Municipal de Extrema, isenta de emendas ou rasuras, rubricada em todas as vias e assinada ao final, juntamente com a planilha orçamentária, devendo constar, sob pena de desclassificação:

6.1.1. Valor da proposta de acordo com a planilha orçamentária, sendo que o preço ofertado deverá ser expresso em moeda corrente nacional, devendo ser decomposto em valores unitários, apresentando preço global;

6.1.2. Prazo de execução;

6.1.3. Prazo de validade da proposta;

6.1.4. As assinaturas exigíveis pertinentes;

6.1.5. indicação da empresa: razão social, endereço completo e CNPJ/MF;

6.1.6. número da TOMADA DE PREÇOS.

6.1.7. **O preço máximo estipulado para o pagamento pela PREFEITURA à execução dos serviços é de R\$ 654.730,73 (seiscentos e cinquenta e quatro mil setecentos e trinta reais e setenta e três centavos), conforme Inciso X do artigo 40 da Lei Federal nº. 8.666/93.**

6.1.8. A proposta deverá ser elaborada com 02 (duas) casas após a virgula.

6.2. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.



6.3. No preço deverão estar inclusos todos os tributos, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta licitação, sem a inclusão da expectativa inflacionária ou encargos financeira.

6.4. A proposta deverá referir-se à integralidade do objeto.

6.5. Validade da cotação, a contar do último dia previsto para recebimento dos envelopes “Proposta”, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

6.6. A apresentação da proposta pela licitante significa o pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

7 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

7.1. A presente licitação será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.1.1. Após a entrega dos envelopes pelos Licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.

7.1.2. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados para Comissão Permanente de Licitações, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

7.1.3. Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário o credenciamento passado em papel timbrado, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para recebimento de intimações e decisão sobre a desistência ou não de recurso contra a habilitação e julgamento das propostas.

7.1.4. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do Licitante, mas o impede de discordar das decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitações, durante a sessão de abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

7.2. Abertura dos envelopes “Documentação”.

7.2.1. No dia, local e hora designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos Licitantes ou seus representantes que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitações, iniciará os trabalhos, examinando os envelopes “Documentação” e “Propostas”, os quais serão rubricados pelos seus componentes e representantes presentes, procedendo a seguir à abertura do envelope “Documentação”.



7.2.2. Os documentos contidos nos envelopes nº 01 serão examinados e rubricados pelos participantes da Comissão Permanente de Licitações, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes.

7.2.3. Os procedimentos desta fase serão constados em ata, de forma circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

7.2.4. Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no dia, será marcada a data da divulgação do resultado pela Comissão Permanente de Licitações, sendo o resultado publicado no Quadro de Avisos para conhecimento de todos os participantes, bem como a data de abertura do envelope “Proposta”.

7.2.5. Os envelopes “Proposta” das proponentes “inabilitadas”, ficarão à disposição dos licitantes, pelo prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação no Quadro de Avisos, junto à Comissão, a qual devolverá contra-recibo.

7.3. Critério para fins de apreciação da documentação:

7.3.1. Será inabilitada da presente licitação a Proponente que deixar de atender o solicitado ou não preencher os requisitos previstos neste Edital para a habilitação.

7.3.2. Se todos os Licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada da causa que ensejou a inabilitação.

7.4. Abertura dos Envelopes “Proposta”:

7.4.1. Os envelopes “Proposta” das proponentes habilitadas serão abertos, a seguir, no mesmo local, desde que não haja interposição de recursos de que trata o art. 109, I, “a”, da Lei Federal n. 8.666/93. Havendo recurso, a abertura será comunicada aos proponentes através de publicação no Quadro de Avisos ou por intimação pessoal após julgado o recurso interposto ou decorrido o prazo de interposição.

7.4.2. Uma vez abertas, as Propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste edital.

7.4.3. As Propostas serão rubricadas, examinadas e lidas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, e a seguir colocadas à disposição dos Licitantes para exame e rubrica.

7.4.4. Os procedimentos desta fase serão constados em ata, de forma circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.



7.4.5. Se o julgamento não ocorrer logo após a abertura dos envelopes, a Comissão Permanente de Licitações divulgará o resultado da presente licitação, através do Quadro de Avisos, ou por comunicado pelo correio com A.R.

7.5. Critério para fins de julgamento da Proposta:

7.5.1. Desclassificação:

7.5.1.1. Serão desclassificadas as Propostas que:

7.5.1.1.1. não obedecerem às condições estabelecidas no Edital.

7.5.1.1.2. apresente preço global simbólico, de valor zero, ou manifestamente inexecutável, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do art. 44, § 3º e no art. 48, inc. II, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, notadamente quando inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Prefeitura Municipal de Extrema, ou
- valor orçado pela Prefeitura Municipal de Extrema.

7.5.1.1.3. contiverem preços excessivos quando comparados com os praticados no mercado e pesquisados por esta, ou seja, apresentem valores acima de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores orçados pela Prefeitura Municipal.

7.5.1.1.4. cotarem parcialmente o item;

7.5.1.1.5. apresente preço baseado em outras propostas, inclusive com redução sobre a de menor valor;

7.5.1.1.6. contenha seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou defeito de linguagem capazes de dificultar o julgamento.

7.5.1.2. Se todas as Propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos Licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para reapresentação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação.

7.5.2. Classificação:

7.5.2.1. Após o exame das Propostas, a Comissão fará a classificação das mesmas, levando-se em conta exclusivamente o MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL.

a) a classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, constando da ata até o terceiro colocado.



b) no caso de empate, entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á nos termos do § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93.

c) no julgamento das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

7.5.3. Da adjudicação e homologação:

7.5.3.1. Caberá à autoridade que determinou a abertura do processo licitatório a decisão a homologação do procedimento e a adjudicação do objeto da licitação.

7.5.4. Da publicidade dos atos:

7.5.4.1. Da habilitação ou inabilitação, classificação, adjudicação e homologação, dar-se-á conhecimento aos Licitantes através de publicação no Quadro de Avisos ou por comunicação pelo correio com A.R.

8 – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E DA GARANTIA

8.1. O adjudicatário deverá assinar o Contrato (Anexo II) dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

8.1.1. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Prefeitura Municipal, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

8.1.2. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

8.3. Após a assinatura do contrato, deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente quitada pela execução dos serviços.

8.4. Farão parte integrante do contrato todos os documentos constituintes do processo da presente licitação.

8.5. Correrão por conta do licitante vencedor as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato.



8.6. O contrato poderá ser aditado, quando necessário, na forma da Lei.

9 – PREÇO ORÇAMENTÁRIO

9.1. O valor estimado é de **R\$ 654.730,73 (seiscentos e cinquenta e quatro mil setecentos e trinta reais e setenta e três centavos)**.

9.2. As licitantes deverão propor preços para todos os itens relacionados na planilha de orçamento anexa, finalizando com o total geral.

9.3. Nos casos em que a Comissão de Licitações constate a existência de erros numéricos na proposta e/ou planilhas apresentadas pela licitante, serão procedidas às correções necessárias, para apuração do preço total, obedecidas as seguintes disposições:

9.3.1. Havendo divergência entre o total registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.

9.3.2. Havendo divergência entre o valor da proposta e o valor registrado na planilha de orçamento, prevalecerá este último.

9.3.3. Havendo divergência entre o valor total e a somatória dos valores parciais, a comissão procederá à correção do valor total, mantidos os valores parciais.

9.3.4. Havendo divergência entre os preços unitários e os valores parciais, a comissão procederá à correção dos valores parciais mantidos os preços unitários.

10 - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. O prazo máximo para execução dos serviços é de 05 (cinco) meses, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço;

10.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses.

10.2. O prazo de execução dos serviços conforme cronograma passará a contar a partir da emissão e recebimento da ordem de início emitida pela fiscalização a CONTRATADA.

10.3. A responsabilidade pelo acompanhamento, execução do contrato e vigência fica a cargo do(a) servidor(a) João Fernando Lopes de Toledo - Engenheiro Civil CREA n.º 207830/D - Matrícula/Registro Empregatício n.º 020531 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – CPF n.º 102.882.046-11. O controle de saldo financeiro, contratual e orçamentário fica a encargo do(a) servidor(a) **titular da Secretaria solicitante que assina o Termo de Referência**.



10.4. O prazo estipulado neste edital poderá ser prorrogado, na forma da Lei e de acordo com interesse da Prefeitura Municipal de Extrema.

10.5. Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei nº 8.666/93, suas alterações e disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

10.6. Após a conclusão dos serviços as vias deverão ficar completamente livres de obstáculos e entulhos, assegurando dessa forma a livre circulação de pedestres e veículos.

10.7 5- LOCAL DE ENTREGA DO BEM/SERVIÇO:

Avenida Nicolau Cesarino, nº 4.000

Bairro: Bela Vista

Município de Extrema – MG.

11 – DO RECEBIMENTO

11.1. Concluídos os serviços, objeto desta licitação, a contratada solicitará sua aprovação através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo que fará todas as observações que julgar necessária, rejeitando os serviços que não tenham sido executadas nos termos editalícios e contratuais. Nesta hipótese será dado um prazo de 10 (dez) dias para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceitos os serviços, a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, emitirá certificado definitivo de recebimento do objeto da licitação, o que possibilitará a liberação da garantia de execução.

11.2. A fiscalização dos serviços contratadas será efetuada por técnicos do Município, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.

11.3. O documento hábil para aferição, comprovação e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços, objeto do presente contrato, poderá ser o Diário de Obras, onde, tanto a CONTRATADA quanto à fiscalização deverão lançar e anotar tudo que julgarem conveniente, buscando à comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do presente contrato, sendo visado, diariamente, por representante credenciado de ambas as partes.

11.4. Serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com as Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo à empresa executora o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no presente Edital.

12 – DO PAGAMENTO



12.1. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Prefeitura em parcelas correspondentes a etapas e fases previstas na planilha orçamentária. A contratada deverá apresentar a Nota de Empenho e nota(s) fiscal(is) correspondente (s) que será(ao) atestada(s) pela Administração.

12.1.1. O pagamento das parcelas dependerá de medições a serem feitas de acordo com o estabelecido no prazo de execução e planilha orçamentária.

12.1.2. O pagamento será calculado de acordo com as etapas e fases previstas no prazo de execução e planilha orçamentária, efetivamente executada integral ou proporcionalmente, atestadas pelas medições realizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, devidamente aprovados, tomando-se por base os valores correspondentes às etapas da planilha orçamentária.

12.2. No ato da retirada da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento a empresa deverá apresentar, prova de situação regular perante o a Fazenda Federal e Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS (Certidões Negativas de Débitos - CNDs).

12.3. O pagamento correspondente à última medição, só será realizado, mediante a apresentação da CND, junto a Fazenda Federal, relativo ao serviço e do termo de recebimento provisório.

12.4. O Termo de Recebimento definitivo será emitido em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que o objeto tenha sido fielmente cumprido.

12.5. O valor contratado não será reajustado, razão pela qual as propostas deverão atentar para o disposto no art. 8º da Lei nº 8.666/93.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO			
Ficha - Fonte	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Uni. Orçamentária	Valor Total
00580-15000001002	02008001.1012200071.011.44905100000.15000001002	OBRAS E INSTALAÇÕES	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	654.730,73

14 - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

15 - DAS SANÇÕES



15.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste.

15.1.1. O disposto no item 15.1. não se aplica aos Licitantes convocados nos termos do item 8.2., que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto a preço e prazo.

15.2. Pelo atraso ou demora injustificados para o início dos serviços ou para a entrega total desses, além do prazo estipulado neste Edital, aplicação de multa na razão de 0,2% (dois décimos por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

15.3. Pelo atraso ou demora injustificados superiores a 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até 15 (quinze) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

15.4. Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, referente aos serviços executados, aplicação de multa na razão de 0,3% (três décimos por cento) do valor total da proposta por reincidência, sendo que a licitante vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) reincidências e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

15.5. Entrega em desacordo com o solicitado, aplicação de multa na razão de 0,1% (um décimo por cento), do valor total da proposta, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) ocorrências e/ ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

15.6. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

15.7. Será facultado à licitante, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 15.



15.8. Aplicadas as multas, a administração poderá descontar do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.

15.9. O licitante que desistir da proposta, após o encerramento da fase de habilitação, deverá justificar comprovadamente as razões do feito, aplicando-se multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

15.10. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

16 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A rescisão contratual poderá ser:

16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

16.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 15.6.

16.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº. 8666/93.

16.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

16.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.8.666/93.

17 - DOS RECURSOS

17.1. Somente serão aceitos recursos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93, os quais deverão ser protocolados exclusivamente no protocolo da Prefeitura, no horário das 13:00 às 17:00 horas, devendo ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitações.

17.2. Não serão aceitos recursos ou impugnações enviados via “fax”, internet ou qualquer outro meio de comunicação.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



18.1. Além das disposições deste edital, as propostas sujeitam-se à Legislação vigente.

18.2. Integra o presente edital, independente de transcrição, os seguintes documentos:

18.2.1. Modelo de Carta de credenciamento indicando a pessoa que representará a proponente na licitação, com menção expressa de todos os poderes, inclusive para receber intimações, interpor e desistir de interposição de recursos - ANEXO I

18.2.2. Minuta de contrato - ANEXO II

18.2.3. Modelo de Atestado de Visita Técnica, emitido por esta Prefeitura - ANEXO III.

18.2.4. Modelo de Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante – ANEXO IV;

18.2.5. Modelo de proposta - ANEXO V.

18.2.6. Planilha Orçamentária - ANEXO VI.

18.2.7. Memorial Descritivo - ANEXO VII.

18.2.8. Cronograma Físico – Financeiro – ANEXO VIII.

18.2.9. Declaração Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - ANEXO IX.

18.2.10. Modelo de Declaração de Conhecimento das Informações e Condições Locais – ANEXO X.

18.2.11. Projetos – ANEXO XI.

18.2.12. Estudo Técnico Preliminar – ANEXO XII.

18.2.13. Matriz de Riscos – ANEXO XIII.

18.2.14. Termo de Referência – ANEXO XIV.

18.3. Ao Município fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, mediante decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o Município poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios previstos neste Edital e na Lei 8.666/93 e suas alterações.

19 - DO HORÁRIO E LOCAL DE OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS





Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35)3435.4635 | 4307 | 4504



www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

19.1. O Edital poderá ser consultado e obtido junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, localizada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624, B. Ponte Nova, nesta cidade, no horário das 13:00 às 17:00 horas, até o penúltimo dia designado para a abertura dos envelopes contendo a “Documentação” e “Proposta”.

19.2. Os esclarecimentos referentes ao fornecimento serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis, das 13:00 às 17:00 horas, no mesmo endereço mencionado no item anterior.

Extrema, 14 de setembro de 2023.

Kelsen Luiz Rodrigues Gonçalves
Presidente da CPL



ANEXO I
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Extrema, _____ de _____ de 2023.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA
EXTREMA - MG

Ref.: TOMADA DE PREÇOS n.º 010/2023

Prezados Senhores,

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu procurador, Sr _____, em atendimento ao disposto no TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2023, vem perante V.S.ª credenciar o Sr. _____, RG _____, como representante qualificado, a participar de todos os atos relativos a referida licitação, inclusive com poderes expressos para apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8666/93 - (8883/94).

Atenciosamente,

Ass.: _____



**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO TP Nº 010/2023

Extrato para Publicação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG

Contrato Administrativo TP nº **010/2023**

Contratante: Prefeitura Municipal de Extrema

Contratado:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ITENS DE PROJETO TÉCNICO PERTINENTES AO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL, NAS DEPENDÊNCIAS DE PRÉDIO PÚBLICO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE EXTREMA-MG., neste Município, conforme especificações e anexos.

Valor: R\$

Prazo:

Data da Assinatura:

“Termo de contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Extrema, e a empresa....., tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ITENS DE PROJETO TÉCNICO PERTINENTES AO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL, NAS DEPENDÊNCIAS DE PRÉDIO PÚBLICO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE EXTREMA-MG.”

Aos ... dias do mês de ... de 2022, a Prefeitura Municipal de Extrema, MG, com sede administrativa na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 - B. Ponte Nova, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.677.591/0001-00, neste ato representadas pelo Sr. Tailon Alexand de Camargo, Ordenador de Despesas, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede social por seu representante legal, Sr....., doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato decorrente da **TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2023**, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ITENS DE PROJETO TÉCNICO PERTINENTES AO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL, NAS DEPENDÊNCIAS DE PRÉDIO PÚBLICO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE EXTREMA-MG.**, conforme especificações e anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO



2.1. A CONTRATADA realizará a totalidade dos serviços descritos na Cláusula Primeira do presente contrato, no prazo de 05 (cinco) meses, sendo que o prazo de início dos mesmos será contado a partir da data constante da Ordem de Início de Serviços expedida pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

2.1.1 O Contrato terá a vigência de 06 (seis) meses.

2.2. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual, sendo que os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como no início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrentes de casos fortuitos ou de força maior.

2.2.1. Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados à CONTRATANTE 01 (um) dia após o evento, em comunicação por escrito.

2.2.2. Em se tratando de prorrogação do prazo final, o pedido deverá ser encaminhado através de requerimento, 10 (dez) dias antes de findar o prazo original, com comprovação de fatos que justifiquem tal solicitação.

2.3. Fica fixado o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da assinatura do presente contrato, para o início da execução do serviço, conforme requisição a ser expedida pela Secretaria competente da Contratante.

2.4. Local designado para entrega do objeto da contratação: Município de Extrema, MG.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR e DO REAJUSTAMENTO

3.1. Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$

3.2. A presente despesa onerará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO			
Ficha - Fonte	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Uni. Orçamentária	Valor Total
00580-15000001002	02008001.1012200071.011.44905100000.15000001002	OBRAS E INSTALAÇÕES	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	

3.3. O pagamento será calculado de acordo com as etapas e fases previstas no prazo de execução e planilha orçamentária, efetivamente executadas integral ou proporcionalmente, atestadas pela vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

3.4. Não haverá reajuste de preços durante o período contratual, cuja execução do objeto ocorra em prazo igual ou inferior a 12 meses, contados da assinatura do contrato, ou da data da ORDEM DE SERVIÇO ou do ato da CONTRATANTE que autorizou o início da execução quando esta ocorrer em prazo superior a 60 (sessenta) dias contados data da ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS;

3.4.1. Não serão computados eventuais atrasos de execução ou de entrega do objeto ocasionados direta ou indiretamente pela CONTRATADA, que não tenham sido formalmente aceitos pela CONTRATANTE.

3.5. A CONTRATADA fará jus a reajuste periódico, observado o que se segue:



- I. ter transcorridos, no mínimo, 12 meses contados da data da ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS;
 - a. o prazo será *pro rata die*, desprezadas as frações iguais ou inferiores a 15 dias, sendo computado como início de contagem o primeiro dia do mês imediatamente subsequente, e considerando-se mês cheio para as frações iguais ou superiores a 16 dias;
- II. a incidência do reajuste será sobre o valor do saldo financeiro a executar, apurado no mês de aniversário. Todos os AVISOS DE FORNECIMENTOS/ORDENS DE SERVIÇOS (AFs/OSs) emitidos, relativamente a medições no período serão computados;
- III. o reajuste será devido a partir do mês imediatamente subsequente ao mês de aniversário;
- IV. O reajuste será calculado adotando-se o IPC-A (índice de preços ao consumidor amplo) do IBGE, acumulado no período de incidência, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Reajuste: $vc = (af + os) \times i$

Onde: vc = valor originalmente contratado;
af + os = total de avisos de fornecimentos e ordens de serviços emitidos;
i = taxa percentual do ipca acumulado no período de incidência;

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis após o encaminhamento à Tesouraria da Prefeitura Municipal da Nota Fiscal Fatura e da apresentação da respectiva documentação fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Concluídos os serviços, objeto desta licitação, a contratada solicitará sua aprovação através da Secretaria Municipal de Obras, que fará todas as observações que julgar necessárias, rejeitando os serviços que não tenham sido executadas nos termos editalícios e contratuais. Nesta hipótese será dado um prazo de 10 (dez) dias para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceitos os serviços, a Secretaria Municipal de Obras, emitirá certificado definitivo de recebimento dos serviços objeto da licitação, o que possibilitará a liberação da garantia de execução.

5.2. A fiscalização dos serviços contratadas será efetuada por técnicos do Município, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.

5.3. O documento hábil para aferição, comprovação e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços, objeto do presente contrato, poderá ser o Diário de Obras, onde, tanto a CONTRATADA, quanto a fiscalização deverão lançar e anotar tudo que julgarem conveniente, buscando à comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do presente contrato, sendo visado, diariamente, por representante credenciado de ambas as partes.



5.4. Serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com as Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo à empresa executora o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no presente Edital.

5.5. Não serão aceitos produtos e serviços que não forem de primeira qualidade, ou em desconformidade com as especificações contidas no Edital.

5.6. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade pela perfeição, qualidade, quantidade, durabilidade, segurança, compatibilidade com o fim a que se destina e demais peculiaridades dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

6.1. A CONTRATADA fica obrigada a prestar garantia, na forma do art. 56, da Lei nº 8666/93, fixada em 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Pelo atraso ou demora injustificados para o início dos serviços ou para a entrega total desses ou nas etapas dos mesmos, além do prazo estipulado neste Edital, aplicação de multa na razão de 0,2% (dois décimos por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.2. Pelo atraso ou demora injustificados superiores a 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até 15 (quinze) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.3. Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, referente aos serviços executados, aplicação de multa na razão de 0,3% (três décimos por cento) do valor total da proposta por reincidência, sendo que a licitante vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) reincidências e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.4. Entrega em desacordo com o solicitado, aplicação de multa na razão de 0,1% (um décimo por cento), do valor total da proposta, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) ocorrências e/ ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.5. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato.

7.6. Será facultado à licitante, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula.

7.7. Aplicadas as multas, a administração poderá descontar do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.



7.8. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

8.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

8.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 7.5.

8.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e notadamente:

8.3.1. quando a CONTRATADA, por sua culpa e responsabilidade, atrasar o serviço por prazo superior a 20% (vinte por cento) do prazo global;

8.3.2. quando a CONTRATADA transferir os serviços contratados, sem a prévia concordância da contratante;

8.3.3. quando a CONTRATADA não iniciar a execução dos serviços após 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato;

8.3.4. quando a CONTRATADA pedir recuperação judicial, falência ou dissolução, observadas as disposições legais;

8.3.5. quando a CONTRATADA reincidir em falta grave punida anteriormente com multa ou cometida por caracterizada má fé;

8.3.6. quando a CONTRATADA caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

8.3.7. quando a CONTRATADA incorrer em incapacidade técnica administrativa ou cometer qualquer ato de negligência caracterizada na execução dos serviços contratados.

8.3.8. quando a CONTRATADA motivar a rescisão contratual será responsável por perdas e danos decorrentes.

8.3.9. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

8.3.10. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. A Contratada se compromete a:

9.1.1. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato conforme Especificações Técnicas.

9.1.2. Providenciar, às suas custas, a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes do projeto, bem como alvarás e licenças necessários à execução dos serviços, sendo que, qualquer exigência que implique em modificação do especificado, deve ser obtida autorização por escrito do CONTRATANTE.



9.1.3. Obter, se necessário, as licenças prévias e de instalação relativamente aos serviços, junto aos órgãos de meio ambiente, arcando com os respectivos custos e encargos.

9.1.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o serviço resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

9.1.5. Na hipótese de qualquer reclamatória trabalhista proposta contra a CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo até sentença final, respondendo pelos ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão do presente contrato.

9.1.6. Indenizar terceiros e à Administração todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei nº. 8.666/93.

9.1.7. Os preços propostos pela CONTRATADA serão considerados completos e suficientes para a execução de todos os serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da CONTRATADA.

9.1.8. Assegurar os empregados contra riscos de acidentes de trabalho.

9.1.9. Fornecer toda a mão-de-obra, materiais (conforme Especificações Técnicas), ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

9.1.10. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

9.1.11. Indicar por escrito, à CONTRATANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução dos serviços.

9.1.12. A CONTRATADA não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância da CONTRATANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

9.1.13. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.1.14. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.

9.1.15. Manter limpos os locais dos serviços, fazendo remover o lixo e entulhos para fora do local dos mesmos, em forma periódica.

9.1.16. Entregar os serviços completamente limpos, acabados, desembaraçados de equipamentos, máquinas, sobras de material e com todas as instalações em perfeito funcionamento.

9.1.17. Assegurar livre acesso por parte da fiscalização a todas as partes dos serviços em andamento.

9.1.18. Respeitar as especificações Técnicas.

9.1.19. Arcar com as despesas com demolições e reparos de serviços mal executados ou errados, por sua culpa.



9.1.20. Remover dos locais onde forem executados os serviços, de forma imediata, todo e qualquer material não aprovado pela fiscalização.

9.1.21. Chamar a fiscalização com antecedência razoável sempre que houver necessidade.

9.1.22. Assumir perante a CONTRATANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

9.1.23. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

9.1.24. Efetuar o registro dos serviços no CREA/MG, em observância ao disposto na Lei nº. 6.496, de 02-09-79.

9.1.25. Toda e qualquer impugnação feita pela CONTRATANTE obrigará a CONTRATADA a corrigir ou reparar e efetuar substituição de material e/ou serviço inadequado, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, em até 10 dias consecutivos. Não sendo possível, indenizará o valor correspondente, acrescido de perdas e danos.

9.1.26. Informar qualquer mudança de endereço, telefone, fax ou outros.

9.2. A Contratante se compromete a:

9.2.1. Fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

9.2.2. Receber os serviços contratados, lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

9.2.3. Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O objeto do presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável pela solidez e segurança dos serviços durante este prazo.

10.2. A presente contratação reger-se-á pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

10.3. Serão partes integrantes do presente contrato guardadas as necessárias conformidades, independente de transcrições ou referências:

a) todos os elementos técnicos apresentados na TOMADA DE PREÇOS nº 010/2023;

b) todos os documentos, pareceres, editais, atas, anexos, propostas constantes do processo da TOMADA DE PREÇOS nº 010/2023;

c) as normas técnicas brasileiras e demais especificações técnicas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Extrema, MG, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

(Empresa)





MUNICÍPIO DE EXTREMA
-CONTRATANTE-

TESTEMUNHAS:
01-

02-

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35) 3435.4635 | 4307 | 4504

 www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados



ANEXO III
MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA
EXTREMA - MG

Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº 010/2023

Data da Visita: ____/____/____

CNPJ da Empresa: _____

Nome da Empresa: _____

Atestamos que a empresa _____, através de seu responsável, devidamente credenciado, o Sr. _____, CPF: _____, participou da visita técnica em atendimento ao disposto na TOMADA DE PREÇOS n.º TP 010/2023.

A empresa declara que todas as dúvidas foram sanadas quanto à contratação objeto da licitação, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto à sua execução.

Representante da Empresa: Nome _____

Cargo / função: _____

Assinatura: _____

Representante da Prefeitura Municipal de Extrema/MG: Nome: _____

Cargo / função: _____

Assinatura: _____

(*) O representante legal da empresa deverá apresentar-se devidamente munido de procuração que lhe outorgue poderes para proceder à visita técnica.



**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO
ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**DECLARAÇÃO
EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da Lei em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)





Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35) 3435.4635 | 4307 | 4504
www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

**ANEXO V
CARTA PROPOSTA COMERCIAL**

Extrema, _____ de _____ de 2023.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA
EXTREMA - MG

Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº 010/2023

Após analisarmos o Edital, e termos pleno conhecimento de seu conteúdo, propomos executar, sob nossa responsabilidade, pelo regime de empreitada por preço global, no valor a seguir:

O preço global proposto para os serviços é de R\$ _____) conforme planilha de preços e serviços anexa.

O prazo máximo para execução dos serviços é de
(.....) dias corridos a partir da ordem de serviço.

A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Ass.: _____





Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35) 3435.4635 | 4307 | 4504
www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

ANEXO VI – Planilha Orçamentária



ANEXO VII - MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ITENS DE PROJETO TÉCNICO PERTINENTES AO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL, NAS DEPENDÊNCIAS DE PRÉDIO PÚBLICO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE EXTREMA/MG.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este memorial tem por objetivo subsidiar, descrever e especificar de forma clara os serviços a serem executados para que o objeto acima descrito seja em sua totalidade finalizado, visto sua importância e necessidade.

O projeto apresentado e a planilha de orçamento são diretrizes imprescindíveis para orientar a execução da obra.

Em caso de itens presentes neste Memorial Descritivo e não incluídos nos projetos, ou vice-versa, devem ser levados em conta na execução dos serviços de forma como se figurassem em ambos.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os materiais a serem empregados durante a execução dos itens relacionados deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações de projeto.

Todos os serviços deverão ser executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras além de atender as Normas Técnicas do Corpo de Bombeiro do Estado de Minas Gerais.



3. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

A instalação de risco para as edificações que compreendem os estabelecimentos de saúde é de risco leve, segundo a classificação do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. São exigidos os seguintes sistemas:

- Hidrantes: sistema de proteção compreendendo os reservatórios d'água, canalizações, bombas de incêndio e os equipamentos de hidrantes.
- Sinalização de segurança: as sinalizações auxiliam as rotas de fuga, orientam e advertem os usuários da edificação.
- Extintores de incêndio: para todas as áreas da edificação os extintores deverão atender a cada tipo de classe de fogo A, B e C. A locação e instalação dos extintores constam da planta baixa e dos detalhes do projeto.
- Iluminação de emergência: o sistema adotado foi de blocos autônomos de LED, com autonomia de 2 horas, instalados nas paredes e tetos, conforme localização e detalhes indicados no projeto.
- Segurança Estrutural.
- Saídas de emergência.
- Brigada de incêndio.
- Alarme e Detecção de Incêndio.

5. SISTEMA DE COMBATE POR ÁGUA SOB COMANDO

O sistema de combate a incêndio por água sob comando, hidrantes, integra o complexo de instalações de Combate a Incêndio do edifício, devendo, portanto, ser considerado dentro do conceito geral de segurança contra incêndio previsto para a edificação.

O sistema de combate a incêndio por Hidrantes será composto pelos conjuntos de bombas exclusivas para tal finalidade, instaladas na casa de bombas – conforme projeto -, e interligadas pelo barrilete de sucção ao reservatório, que possuem uma reserva técnica de água exclusiva para incêndio com capacidade de 40.000 L. A distribuição do



agente extintor água, pela edificação será através de redes de tubulações exclusivas e identificadas na cor vermelha. Para a alimentação dos hidrantes deverá ser utilizado tubulação de ferro maleável Classe 10.

O princípio de operação se dará quando ocorrer uma queda de pressão na rede de alimentação, em decorrência do acionamento da válvula globo angular, instalada no interior das caixas de hidrantes. Esta despressurização será detectada por pressostatos elétricos de simples estágios instalados na casa de bomba e regulados com pressão diferenciada para sequenciamento de energização das r

espectivas

bombas de incêndio, principal e reserva, que devido as suas características quando em operação somente poderá ser desligada no quadro elétrico, mesmo que a pressão de pressurização da rede tenha sido restabelecida.

Para uma fácil e rápida identificação de entrada de bomba em operação, o fluxo de água na tubulação, será monitorado por um fluxostato automático de água interligado à Central de Detecção e Alarme, através do módulo de monitoramento específico e de laço de detecção, o qual será ativado sempre que ocorrer fluxo de água através do fluxostato em decorrência de sinistro ou quando de realização de testes operacionais simulados através da abertura de qualquer Hidrante.

Os hidrantes convencionais deverão ser instalados embutidos e locados no interior de caixas metálicas dotadas de portas de acesso, obedecendo à altura de acionamento da válvula angular. Deverá ser executada sinalização específica com a finalidade de indicar seu posicionamento. Para maiores detalhes consultar projeto específico devidamente aprovado pelo Corpo de Bombeiros do estado de Minas Gerais.

6. BOMBAS

As bombas deverão atender a necessidade do projeto de incêndio e seu equipamento incluirá todos os dispositivos necessários à perfeita proteção e acionamento: chaves térmicas, acessórios para comando automático, etc. O local destinado à sua instalação deverá ser de fácil



acesso, seco, bem iluminado e ventilado e as bombas de incêndio devem ser utilizadas somente para este fim.

A automação da bomba principal ou de reforço deve ser executada de maneira que, após a partida do motor seu desligamento seja somente manual no seu próprio painel de comando, localizado na casa de bombas. Deverá ser previsto pelo menos um ponto de acionamento manual para a mesma, instalado em local seguro da edificação e que permita fácil acesso.

PODERÁ SER UTILIZADA BOMBA SIMILAR A INDICADA NA PLANILHA DE ITENS E SERVIÇOS DESDE QUE ATENDA A VAZÃO E PRESSÃO MINIMA DESEJADA.

7. SISTEMA DE COMBATE POR EXTINTORES

O sistema de combate a incêndio por Extintores Portáteis integra o complexo de instalações de Combate a Incêndio do edifício, devendo, portanto, ser considerado dentro do conceito geral de segurança contra incêndio previsto para a edificação.

O princípio de sua utilização se dará quando na ocorrência de sinistro de pequenas proporções e podendo ser debelado através do uso dos extintores localizados na área sinistrada. A forma de manuseio dos extintores está expressa nas etiquetas presas no cilindro, bem como o tipo de agente a ser empregado na extinção conforme o tipo do material comburente.

Os extintores estão todos identificados por sinalização específica. Os extintores estão distribuídos conforme os padrões normalizados de tal forma que, toda a edificação possa a ser atendida com no mínimo um extintor, adequado ao tipo de risco local.

A edificação é classificada pelas normas técnicas mencionadas, como predominantemente de risco leve, onde os riscos de incêndio presumíveis se enquadram classe “A” e “B”, mas também existem áreas que devido a sua finalidade operacional se enquadram em risco classe “C”, como casas de máquinas.

8. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ROTA DE FUGA



O sistema de Sinalização de Emergência e Rota de Fuga integra o complexo de instalações de Combate a Incêndio do edifício, devendo, portanto, ser considerado dentro do conceito geral de segurança contra incêndio previsto para a edificação.

O Sistema de Sinalização de Emergência de Rota de Fuga visa garantir que sejam adotadas ações e medidas adequadas que orientem as ações de combate, facilite a localização dos elementos extinção de fogo e auxiliem na evacuação de pessoas pelas rotas de saída para escape seguro da edificação.

O sistema é composto por luminárias tipo bloco autônomo de led, tendo preso no defletor da mesma, placas adesivas com indicativos de sinalização, para os procedimentos a serem adotados naqueles espaços e também por placas normatizadas dotadas de adesivo com sinalizações específicas para cada finalidade e procedimento a ser adotado em situação de sinistro, mas também útil na orientação de deslocamento no interior da edificação.

Os sinalizadores estão distribuídos conforme os padrões normativos, e de tal forma que em cada bloco da edificação seja atendido com no mínimo um sinalizador.

Já está previsto a construção de 04 unidades de escadas para garantir evacuação por meio de rota de fuga conforme legislação.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as dúvidas e questões técnicas a serem discutidas deverão ser tratadas anteriormente com a Fiscalização.

Todos os materiais diferentes deste Memorial, sejam em especificações ou então marcas, deverão ser apresentados antes da compra amostra à Fiscalização.

Os quantitativos de serviços e materiais deste Edital são de responsabilidade das empresas participantes do certame.



As planilhas apresentadas são auxiliares, visando apenas facilitar os trabalhos de orçamentos.

A visita será obrigatória e deverá ser feita pelo responsável técnico da empresa que se responsabilizará pela execução dos serviços.

O objetivo será esclarecer dúvidas a respeito da situação do local, suas condições, serviços a serem executados e todos os dispositivos e equipamentos necessários para a sua execução. Não poderá ser alegado desconhecimento de quaisquer serviços inclusive uso de materiais e equipamentos.

É obrigatória a apresentação da DECLARAÇÃO DE VISITA em impresso fornecido pela Prefeitura Municipal de Extrema, devidamente assinada pelo responsável pela empresa e pela Prefeitura Municipal de Extrema.

Extrema/Estado de Minas Gerais, 18 de agosto de 2023.

João Fernando Lopes de Toledo
Engenheiro Civil CREA-MG n.º 207830/D
Secretaria de Obras e Urbanismo





Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35) 3435.4635 | 4307 | 4504
www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

ANEXO VIII – Cronograma Físico Financeiro



ANEXO IX – DECLARAÇÃO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: (Identificação da Licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº, DECLARA que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, cujo termos declaro conhecer na íntegra, e está apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no certame em epígrafe .

1. Auferiu, no ano calendário corrente, receita bruta inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
2. Que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do Art. 3º da LC 123/2006.

Local e data.

Representante legal



ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

_____(nome), inscrito(a) no CPF / CNPJ sob o n.º _____, referindo-se ao disposto no art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, **declara** que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações relacionadas ao objeto da prestação de serviços de que o Edital acima indicado e de que os seus Anexos tratam.

_____, ____ de _____ de ____

Assinatura e Nome

(no caso de se tratar de representante legal do(a) requerente, complementarmente indicar: Por Procuração / Sócio Gerente / Sócio /)





Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35) 3435.4635 | 4307 | 4504
www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

ANEXO XI

PROJETOS



ANEXO XII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Não há Plano Anual de Contratação em vigência no exercício de 2023

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Não há Portaria/Ordem de Serviço em vigência no exercício de 2023

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O Complexo de Saúde de Extrema (Hospital Municipal e Pronto Socorro) é um equipamento público de importância e referência em seu atendimento à população visto que a estrutura atende desde serviços ambulatoriais a procedimentos complexos.

Contudo, para garantir segurança aos ocupantes é necessário que as instalações técnicas estejam concluídas e em pleno funcionamento. Sendo assim este documento apresenta a necessidade de execução dos itens de Combate a Incêndio Pânico estabelecidos em projeto executivo e devidamente aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. Tais itens deverão respeitar as Instruções Técnicas (IT) vigentes para tal a devida aprovação pelo Órgão competente.

É importante salientar que o projeto executivo protocolizado junto ao Corpo de Bombeiros Militar quando a época da contratação do desenvolvimento dos projetos arquitetônicos fora devidamente aprovado pelo Órgão competente conforme anexo I em 28 de outubro de 2016. Contudo, ainda com o projeto aprovado, e a execução da obra contemplando exatamente os itens constantes no projeto executivo de combate a incêndio e pânico, o mesmo foi reprovado em vistoria. Diante de tal fato, houve a necessidade de readequação predial para atendimento a nova solicitação do Corpo de Bombeiros, e reentrada do projeto executivo de combate e incêndio e pânico, ainda que já se tivesse uma aprovação anterior.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:



Deverá o objeto contratado atender aos aspectos técnicos, no sentido de garantir segurança aos ocupantes do complexo de saúde em caso de eventuais focos de incêndio e situações de pânico. O requisito único e indispensável se dá com vistas a atender por completo todos os itens indicados no projeto executivo aprovado pelo órgão competente e suas devidas normas técnicas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Por se tratar de medidas de segurança contra incêndio e pânico inexistem outras alternativas de mercado que garantam a execução e atendimento a legislação técnica devendo ser respeitado as instruções constantes no boletim de ocorrência emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em consonância com as normas técnicas e conforme projeto executivo aprovado.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Execução de serviços de engenharia de combate a incêndio e pânico no Complexo Hospital Municipal (Hospital Municipal e Pronto Socorro Municipal).

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Ao atender o Projeto Técnico de Combate a Incêndio e Pânico e executar os itens definidos pela legislação resume-se na instalação a execução de aproximadamente 300 (trezentos metros) de rede para hidrantes, 01 (um) reservatório, sistema de detecção de incêndio em todos os ambientes, além de inclusão de 29 (vinte e nove) unidades de extintores com carga equivalente a ocupação do prédio, além de aproximadamente 215 (duzentas e quinze) placas de sinalização de indicação de rotas de fuga, entre outros itens.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Baseando-se em índices de referências fornecido pelo Sindicato de Construção de Minas Gerais, bem como por planilhas referenciais tem-se por base o valor prévio estimado de



R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para a execução dos itens de segurança de edificações.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Não há parcelamento da solução, vez se tratar de projeto executivo aprovado e com especificidades.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

O presente objeto não prevê em seu escopo itens que não estejam indicados no Projeto Técnico de Combate a Incêndio e Pânico, visto sua aprovação junto ao órgão público competente, sendo que portanto não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PAC:

Não se aplica em virtude do Plano Anual de Contratações (PAC) encontrar-se em processo de elaboração, ao qual passará a viorar a partir de 2023.

12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a conclusão da execução dos itens de projeto, a edificação passa a garantir segurança aos ocupantes, além de se enquadrar na legislação atual em vigor que exige a emissão do documento oficial para a finalidade de Combate a Incêndio e Pânico.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Por se tratar de uma área de uso público que já se encontra em funcionamento, deverá a empresa contratada em conjunto com a Secretaria de Saúde isolar a área da obra por ambiente, a fim de evitar acidentes com munícipes transeuntes no local. Dentro dessa delimitação, não será necessário prever um espaço para montagem do canteiro de obras,



visto que a instalação dos itens de projeto são pontuais como rede de hidrantes, posicionamento de extintores e sinalização de rota de fuga. A ação poderá ser contemplada por meio de Plano de Ação quando da emissão da Ordem de Início.

8. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Contratação de empresas especializada na execução de serviços de engenharia voltada a combate a incêndio e pânico, atendendo à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional nos itens de maior relevância a serem informados quando da finalização dos projetos executivos.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Por se tratar de serviço de execução de itens de combate a incêndio em um local já edificado e consolidado, e de uma edificação na região central do município numa região altamente urbanizada, não há impactos ambientais significativos.

A contratação do objeto não causa impacto negativo ao meio ambiente, sendo inclusive dispensado de licenciamento ambiental.

Se tratam de itens padronizados que seguem normas técnicas vigentes do Estado de Minas Gerais em consonância com instruções de combate a incêndio e pânico.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Declara-se a viabilidade de realização de contratação na forma prevista, visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada pela área requerente no documento de formalização de demanda autuado ao processo.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram o presente Estudo Técnico Preliminar (ETC) os seguintes documentos, sendo, a saber:





Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35) 3435.4635 | 4307 | 4504
f v w www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

1. Projeto executivo de combate a incêndio e pânico,
2. Planilha orçamentária prévia de contratação de empresa para execução de serviços de engenharia e;

Extrema/Estado de Minas Gerais, 18 de Agosto 2023.

João Fernando Lopes de Toledo

Engenheiro Civil CREA n.º 207830/D
Matrícula/Registro Empregatício n.º 020531
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Patricia Cristina Lopes Carneiro

Secretária de Saúde Interina
Matrícula/Registro Empregatício n.º 021268
Secretaria Municipal de Saúde

João Batista da Silva

Prefeito Municipal
Matrícula/Registro Empregatício n.º 017548
Prefeitura Municipal de Extrema





Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35) 3435.4635 | 4307 | 4504

 www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

ANEXO XIII

MATRIZ DE RISCOS



ANEXO XIV

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde

Local: Avenida Nicolau Cesarino, n.º 4.000, Centro – Extrema/MG.

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ITENS DE PROJETO TÉCNICO PERTINENTES AO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL, NAS DEPENDÊNCIAS DE PRÉDIO PÚBLICO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE EXTREMA/MG.

2. NATUREZA DO OBJETO

OBRA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE ITENS DE PROJETO TÉCNICO (PT) DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO.

3. QUANTITATIVO E DESCRITIVO COMPLETO

Conforme Planilha Orçamentária.

4. ENQUADRAMENTO

O objeto da contratação se enquadra como obras e serviços de engenharia nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

5. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

Estimativa de prazo de execução de 05 (cinco) meses conforme cronograma físico-financeiro.

6. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

Estimativa de prazo de prorrogação de execução da vigência do contrato de 01 (um) mês.

7. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

No que se refere ao reajustamento de preços, este se dará após 12 (doze) meses de execução do Contrato Administrativo, contados a partir da abertura dos invólucros/propostas de preços.

O Contrato Administrativo será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro que venha a substituí-lo, aplicando o percentual acumulado dos últimos 12 (doze) meses.



8. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência visa à contratação de empresa que execute os itens constantes no Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PT) aprovado pelo órgão público competente (Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais) a fim de obter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB) do complexo hospitalar municipal (Hospital Municipal e Pronto Atendimento Municipal).

É importante destacar que a atual Gestão, busca, além da construção de novas unidades de atendimento na área da saúde, garantir segurança a todos os munícipes que usufruem da estrutura da rede de saúde pública do município, bem como dos demais prédios, e para tanto se faz necessário a adequação dos prédios citados visto sua importância.

Observa-se que, o planejamento estratégico da Administração cuida de ambas as frentes: construção de novas unidades, bem como manutenção das unidades existentes, portanto, faz-se primordial adequar todos os prédios do município com as devidas Instruções Técnicas de segurança.

É importante salientar que o projeto executivo protocolizado junto ao Corpo de Bombeiros Militar quando a época da contratação do desenvolvimento dos projetos arquitetônicos fora devidamente aprovado pelo Órgão competente conforme anexo I em 28 de outubro de 2016. Contudo, ainda com o projeto aprovado, e a execução da obra contemplando exatamente os itens constantes no projeto executivo de combate a incêndio e pânico, o mesmo foi reprovado em vistoria. Diante de tal fato, houve a necessidade de readequação predial para atendimento a nova solicitação do Corpo de Bombeiros, e reentrada do projeto executivo de combate e incêndio e pânico, ainda que já se tivesse uma aprovação anterior.

Integra o presente Termo de Referência, a Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico-Financeiro e o Memorial Descritivo.

9. DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO

9.1 Todos os projetos e adequações pertinentes a execução de itens de combate a incêndio e pânico foram elaborados atendendo as especificações das Instruções Técnicas (IT) vigentes do Estado de Minas Gerais. O Projeto Técnico de Combate a Incêndio aprovado garante que todos os itens de segurança de combate a incêndio e pânico indicados no projeto executivo deverão ser executados em sua totalidade, sendo rede de hidrantes, extintores, rede de detecção de incêndio e sinalização de emergência.

9.2 Para a execução dos itens, é pertinente a comprovação de aptidão técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e



prazos com o objeto da licitação, a ser demonstrada mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado, expedido (s) em nome de empresa e/ou do responsável técnico, sendo, a saber:

- a) Execução de Rede de Hidrante em tubo de cobre;
- b) Execução de Reservatório equivalente ao indicado no Projeto;
- c) Execução de Rede de Detecção de Incêndio;

9.3 Também se faz necessário, comprovação de capacidade técnica, por meio de atestado(s) ou certidão(ões) fornecida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) comprovar a execução da prestação de serviços a seguir relacionados, conforme inciso, I, do § 1º do art. 30, da Lei nº 8.666/93, sendo, a saber:

- a) Execução de Rede de Hidrante em tudo de cobre; (93,16m)
- b) Execução de Reservatório equivalente ao indicado no Projeto; (1und)
- c) Execução de Rede de Detecção de Incêndio; (123,00m)

A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Para facilitar a conferência, solicitamos que seja destacado com pincel marca texto nos atestados apresentados, os itens relativos aos serviços e quantidades.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de



LICITAÇÃO, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2 A opção do procedimento PRESENCIAL, se torna viável mediante a categoria do serviço, visto que é o método aplicado por lei para garantir melhor benefício a **contratada**.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

11.1 - Obrigações da Contratada:

11.1.1 Proceder ao fornecimento do material e ou equipamento e/ou execução dos serviços, dentro das condições, prazos e preços ajustados na proposta;

11.1.2 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo setor de compras, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

11.1.3 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Extrema/MG.;

11.1.4 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Extrema/MG;

11.1.5 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo da entrega dos materiais/equipamentos ou execução dos serviços;

11.1.6 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Extrema sobre os materiais/equipamentos ofertados e/ou serviços executados;

11.1.7 Manter, durante toda execução do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

11.1.8 Atender a todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do contrato, inclusive os encargos de natureza trabalhista, previdenciário, fiscal, de acidentes de trabalho e outros semelhantes, relativos à execução do objeto do contrato;

11.1.9 Operar como uma organização completa, independente e sem vínculos com o **contratante**, fornecendo produtos e serviços de comprovada qualidade, sem ônus adicionais para o **contratante**;



11.1.10 Não subempreitar o contrato a terceiros, sem prévia comunicação e/ou autorização do **município**;

11.1.11 Proceder ao fornecimento do material e ou equipamento e ou execução dos serviços, dentro das condições, prazos e preços ajustados na proposta;

12. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

12.1 Não haverá exigência da garantia da contratação pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

13. SUSTENTABILIDADE DO OBJETO

13.1 A execução dos itens do objeto descrito não estimulam a degradação do meio ambiente visto trata-se de adequações técnicas nos espaços de edificação já consolidada. Se tratam de itens padronizados que seguem normas técnicas vigentes do Estado de Minas Gerais em consonância com instruções de combate a incêndio e pânico.

14. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

14.1 Gerenciar o presente CONTRATO, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, observada à ordem de classificação indicada na licitação;

14.2 Convocar os particulares via, telefone ou e-mail, para assinatura do Contrato de Fornecimento e retirada da nota de empenho;

14.3 Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

14.4 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços contratados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

14.5 Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do pregão presencial;

14.6 Orientar o fornecedor para que os pagamentos e os documentos de cobrança não sofram Atrasos;



14.7 Notificar, por escrito, o fornecedor, fixando-lhe prazos para corrigir eventuais irregularidades, encontradas na execução do contrato, bem como, quando de multa, retenção por danos causados e quaisquer débitos do fornecedor;

15. FORMA DE ENTREGA DO BEM/SERVIÇO, ACEITABILIDADE E AQUISIÇÃO

15.1 Os materiais/serviços de engenharia deverão ser entregues junto ao Município de Extrema/MG, à Av. Nicolau Cesarino n.º 4.000 - Centro, Extrema-MG, 37640-000.

15.2 O prazo de execução dos serviços de engenharia respeitará o cronograma físico-financeiro em anexo.

15.3 Da garantia, manutenção e assistência técnica aplica-se supletivamente a Lei n.º 8.078/1990 (Código do Consumidor).

15.4 Uma vez notificado extrajudicialmente, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada;

15.3.2 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

15.3.3 O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

16. DETALHAMENTO DA GESTÃO DO CONTRATO

16.1 – Fiscal Técnico do Contrato: João Fernando Lopes de Toledo - Engenheiro Civil CREA n.º 207830/D - Matrícula/Registro Empregatício n.º 020531 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – CPF n.º 102.882.046-11;

16.2 – Gestor do Contrato: Patricia Cristina Lopes Carneiro - Secretária de Saúde Interina - Matrícula/Registro Empregatício n.º 021268 - Secretaria Municipal de Saúde – CPF n.º 084.205.856-70;

16.3 – Fiscal Administrativo do Contrato: Vanila Salvatico Gutierrez – Chefe de Divisão - Matrícula/Registro Empregatício n.º 017509 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – CPF n.º 392.208.368-40;

16.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas



avencadas e as normas da Lei Federal n.º 8.66/93 e suas alterações, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.5 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila/diário de obras.

16.6 As comunicações entre o Órgão ou Entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, via e-mail, para esse fim, conforme dados cadastrais da Contratada, constantes do sistema do órgão ou Entidade. A responsabilidade de informar as possíveis atualizações é da Contratada.

16.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 8.666/93 e suas alterações).

16.8 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

16.9 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

17. MEDIÇÃO E PRAZO DE PAGAMENTO:

17.1 O pagamento será calculado de acordo com as etapas e fases previstas no cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, efetivamente executadas integral ou proporcionalmente, atestadas pelas medições realizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

17.2 O pagamento ocorrerá até o 20º dia útil do mês imediatamente subsequente aos eventos descritos no item acima.

17.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18. RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 Os serviços de engenharia serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de



posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, obedecido o disposto na Lei 8.666/93, que *‘Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios’*, e dá outras providências”.

18.2 Os serviços de engenharia poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

18.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

18.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem objeto da contratação nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1 - Valor estimado em R\$ 654.730,73 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta reais e setenta e três centavos) de acordo com valores obtidos das Planilhas Referenciais de Preços de Edificações de Obras Públicas abaixo relacionados:

SINAPI – 06/2023 – Minas Gerais;

SICRO – 01/2023 – Minas Gerais;

ORSE – 04/2023 – Sergipe;

SETOP – 01/2023 – Minas Gerais;

SIURB – 01/2023 – São Paulo;





Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37.640-000
Gerência de Compas e Licitações (35)3435.4635 | 4307 | 4504

 www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados

SIURB INFRA – 01/2023 – São Paulo;
SUDECAP – 04/2023 – Minas Gerais;
CPOS/CDHU – 05/2023 – São Paulo;
FDE – 04/2023 – São Paulo;
EMOP – 03/2023 – Rio de Janeiro.

20. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

O presente Termo de Referência será amparado pelas rubricas orçamentárias abaixo-relacionada presente no orçamento do Município para o exercício de 2023, sendo a saber:

Ficha-Fonte: 0000580-150010020000

44905100000 – Obras e Instalações

Secretaria Municipal de Saúde

02008001.1012200071.011 - Construção, Reformas e Adequações Prediais da Secretaria Municipal de Saúde

Extrema/Estado de Minas Gerais, 18 de agosto de 2023.

.....
João Fernando Lopes de Toledo
Engenheiro Civil CREA n.º 207830/D
Matrícula/Registro Empregatício n.º 020531
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

.....
Patricia Cristina Lopes Carneiro
Secretária de Saúde Interina
Matrícula/Registro Empregatício n.º 021268
Secretaria Municipal de Saúde

.....
João Batista da Silva
Prefeito Municipal
Matrícula/Registro Empregatício n.º 017548
Prefeitura Municipal de Extrema

